Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1- Contexto Operacional

Hotéis Othon S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia") é uma empresa de capital aberto, cuja atividade é a prestação de serviços na indústria hoteleira. Fundada em 1943, na época com outra denominação, seu primeiro hotel foi o Aeroporto Othon, inaugurado em 1944 no centro do Rio de Janeiro.

Hoje a Rede de Hotéis possui 3 hotéis próprios (estando 1 com a operação paralisada), nos Estados do Rio de Janeiro e Bahia.

A Recuperação Judicial

Conforme informado detalhadamente nas demonstrações financeiras de dezembro de 2018, em 27 de novembro de 2018, a Companhia, juntamente com suas controladas Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A. ("Othon E.") e HBBH – Empresa Brasileira de Novos Hotéis Ltda. ("HBBH"), estas últimas "controladas em recuperação judicial" e com a Companhia "Recuperandas", em vista da situação financeira desfavorável em que se encontravam, ajuizou, pedido recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei no 11.101/05, perante o Juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (doravante "Juízo da Recuperação Judicial") nos autos do processo nº 0280230-13.2018.8.19.0001, o qual foi deferido no dia seguinte.

O Plano aprovado e homologado foi objeto de recursos de agravo de instrumento pela União e pelos credores concursais Companhia Estadual de Águas e Esgotos CEDAE e Lazar Empreendimentos Imobiliários Ltda., que se insurgem contra determinadas condições do Plano aprovadas de forma soberana pela AGC. Esses recursos foram julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Diante do acórdão exarado nos autos do Agravo de Instrumento nº 0046087-14.2020.8.19.0000 que deu provimento ao recurso interposto pela União Federal para anular a decisão que homologou o plano de recuperação judicial, as Recuperandas vêm mantendo entendimentos com a Fazenda Nacional para buscar meios possíveis para o equacionamento de seu passivo fiscal. Antes mesmo da decisão no agravo de instrumento interposto pela União, a PGFN já estava analisando uma proposta inicial. Ao mesmo tempo, as Recuperandas apresentaram, no prazo legal, o recurso cabível contra a decisão do TJRJ para que a questão seja reanalisada pelo Superior Tribunal de Justiça, que até o momento tem acolhido entendimento que corrobora a tese das Recuperandas. O recurso especial das recuperandas foi admitido pelo TJRJ para remessa ao Superior Tribunal de Justiça, sendo recentemente distribuído para relatoria do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino.

Abaixo demonstramos o passivo total das Recuperandas Hotéis Othon S/A ("HOSA"), Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A. ("Othon E.") e HBBH – Empresa Brasileira de Novos Hotéis Ltda. ("HBBH") em 30 de setembro de 2022 e destacamos logo no quadro seguinte os montantes concursais (constantes no Quadro Geral de Credores) que compõe cerca de 17% deste, na mesma data.

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo Total Recuperandas:

	30/09/2022
Circulante	-
Empréstimos e financiamentos	974
Fornecedores e serviços públicos	7.159
Salários e encargos sociais	12.226
Obrigações Tributárias	370.495
Adiantamentos de clientes	707
Parcelamento de obrigações tributárias e	-
previdenciárias pelo programa Refis	311
Parcelamento de obrigações tributárias e	
previdenciárias pelo programa Perse	11.282
Arrendamentos a pagar	-
Partes relacionadas	-
Outros	9.103
Total do passivo circulante	412.257
Empréstimos e finaciamentos	- 50 007
Provisão para contingências	50.007
Obrigações tributárias e previdenciárias	-
parceladas	1.544
Parcelamento de obrigações tributárias e	-
previdenciárias pelo programa Refis	1.780
Parcelamento de obrigações tributárias e	
previdenciárias pelo programa Perse	186.528
Partes relacionadas	25.598
Contribuição social e imposto de renda	-
sobre a reserva de reavaliação	77.139
Provisão para perda de investimento	-
Outras obrigações	118.305
Total do passivo não circulante	460.902
Total do passivo circulante + não circulante	873.160

Classe	Descrição	Número Credores	Valor do Crédito
I	Trabalhista	390	9.159.269,93
	Créditos com		
II	Garantias Real	0	2
III	Quilografários	449	141.305.880,13
IV	ME / EPP	48	4.639.962,74
	Total	887	155.105.112,80

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional e plano de negócios

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 351.892 mil na controladora e R\$ 372.220 mil no consolidado, e passivo a descoberto de R\$ 335.350 mil na controladora e R\$ 365.675 mil no consolidado.

A direção de Hotéis Othon acredita que a pandemia está no final e que suas operações já estão voltando aos poucos a normalidade.

Reforçamos que não há qualquer mudança em relação aos pontos principais estabelecidos, em 2019, quando o plano de reorganização e pagamento aos credores foi definido e aprovado em Assembleia Geral de Credores.

A empresa segue com os todos os procedimentos e, paralelamente em fase de adesão ao parcelamento de seus débitos correntes junto a RFB, em parcelamento especial para empresas em Recuperação Judicial (Lei 10.522/2002).

2- Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Informações Trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2022, juntamente com composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas nas notas seguintes.

As informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Hoje o método de equivalência patrimonial é considerado como estando dentro das IFRSs, e não mais exigindo a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da Controladora em suas informações trimestrais individuais.

Assim sendo, as informações trimestrais consolidadas da Companhia e as informações trimestrais individuais da Controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações trimestrais.

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.3.

2.2. Moeda funcional

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas está em conformidade com as normas internacionais de contabilidade e as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas anualmente pela Administração da Companhia, sendo alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

d) Base de consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas; os resultados das transações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos ativos e passivos são eliminados no processo de consolidação.

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As operações entre as empresas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. As práticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas a seguir relacionadas:

	<u>% de participação</u>
	2022
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A.	77,72
HBBH Novos Hotéis Ltda.	99,68
Plantravel - Planej., Viagens e Turismo Ltda	98,00

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos e receitas e despesas entre as empresas consolidadas;
- eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido das controladas; e
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

e) Instrumentos Financeiros

Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

• Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem, principalmente, os seguintes passivos financeiros não derivativos: partes relacionadas, empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

• Passivos financeiros derivativos

O reconhecimento de tal tipo de instrumento derivativo é feito inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e mensalmente o resultado líquido gerado por esta operação, é reconhecido segundo o regime de competência.

Durante os exercícios de 2021 e 2022, a Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos.

f) Contas a Receber

O Contas a receber corresponde materialmente a valores a receber de clientes pela prestação de serviços de hospedagem no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento fosse superior a um ano as contas a receber seriam classificadas no ativo não circulante. No entanto as contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo.

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Contas a receber de clientes, inicialmente, é reconhecido pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa quando aplicável.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A companhia adota como adequado constituir provisão para títulos com atraso superior a 180 dias e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais prejuízos na realização de créditos.

h) Ajuste a valor presente

A Companhia avaliou os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes sujeitos à avaliação a valor presente e não identificou efeitos materiais a serem registrados nas demonstrações financeiras decorrentes de ajustes a valor presente de ativos e passivos monetários.

i) Estoques

Valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado.

j) Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras da controladora, as participações em sociedades controladas e coligadas foram ajustadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo, ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

k) Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para ajuste ao valor provável de realização (*impairment*), quando aplicável.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo possa ser mensurado com segurança. Gastos com reparos e manutenções são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação de bens é calculada pelo método linear a partir da entrada em operação dos bens, às taxas mencionadas na Nota 9 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado. Os valores de alienação com o valor contábil são incluídos no resultado do exercício nas rubricas "Outras despesas e/ou receitas operacionais", no momento da alienação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

1) Demais ativos (circulante e não circulante)

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m) Empréstimos, financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida durante o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo qualificável em construção), ou na demonstração do resultado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

n) Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

Com o deferimento do processamento da recuperação judicial, todas as obrigações assumidas e não pagas antes da data do pedido englobam o passivo concursal, cujo pagamento será feito na forma e condições constantes do Plano que vier a ser aprovado pela Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial. Desta forma, o passivo circulante e não circulante estão sendo apresentados conforme seus vencimentos na data do pedido de recuperação.

o) Contribuição social e imposto de renda diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos, registradas no passivo não circulante, foram constituídas tendo como base o valor correspondente ao saldo da reserva de reavaliação e ao custo atribuído ("deemedcost"), considerando o CPC 32.

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

p) Passivos contingentes

Constituída com base na expectativa de perda estimada pela Administração, respaldada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais (prováveis) com ações em curso em consonância ao CPC 25.

q) Ajuste a valor presente

Conforme avaliado pela Companhia, não houve a necessidade de ajustar a valor presente os ativos e passivos de curto e longo prazos, em atendimento ao previsto no CPC 12.

r) Informação por segmento

A Companhia e suas controladas não elaboraram suas demonstrações por segmento conforme orientação do CPC 22, devido sua operação não possuir segmentos distintos, significativos, mas ser representada, substancialmente pela atividade hoteleira.

s) Operações descontinuadas

Nas demonstrações dos resultados da controladora e consolidada do período corrente e do período anterior, as receitas e despesas de operações descontinuadas são divulgadas em separado das demais receitas e despesas, depois da rubrica lucros após impostos. O lucro ou prejuízo resultante (após impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado.

t) Demonstração do valor adicionado

A Companhia incluiu na divulgação das suas Demonstrações Financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

4. Caixa e equivalentes de caixa

4. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	6.757	7.062	6.755	7.060
Aplicações Financeiras	816	22	816	22
	7.573	7.084	7.571	7.082

As Aplicações Financeiras existentes referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) em instituições tradicionais e de baixo grau de risco.

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a Receber

Circulante	12.870	9.369	13.411	9.908
Não Circulante	0	0	0	0
	12.870	9.369	13.411	9.908

O montante está registrado pelos valores nominais e não são ajustados a valor presente por representarem vencimentos de curto prazo logo sem efeito relevante nas Demonstrações Financeiras.

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Composição por vencimento

	Control	adora	Consoli	dado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
A vencer	7.103	6.500	7.103	6.500	
Vencidas até 30 dias	531	270	531	270	
Vencidas de 31 a 120 dias	1.615	301	1.615	301	
Vencidas de 121 a 180 dias	1.284	13	1.284	13	
Vencidas há mais de 180 dias	4.363	3.804	4.903	4.343	
	14.896	10.888	15.436	11.427	

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas tendo como política a análise individual das posições pendentes de recebimento, levando em consideração a situação de risco e crédito de cada cliente, sendo registrada provisão para os casos em que a probabilidade de não recebimento é considerada provável pela Administração.

6. Estoques

		Controladora		Consolidado
	30/09/2022 31/12/2021		30/09/2022	31/12/2021
Mercadorias para revenda (alimentos e bebidas)	874	754	874	754
Materiais de uso, consumo e manutenção	2.196	1.667	2.687	1.667
	3.070	2.421	3.561	2.421

Os estoques da Companhia de maior movimentação ao longo do ano têm características perecíveis e são de alta rotatividade. Logo em nosso modelo de negócio não temos provisão para estoques obsoletos.

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes Relacionadas

Controladora

Partes Relacionadas	Categorias	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	30/09/2021
Othon L. Bezerra de Mello Com e Importação (1)	controladora	77.340	71.652	-	-	5.637	5.522
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A (1)	coligada	32.758	30.242	896	830	2.398	2.323
Companhia Açucareira Usina Carapebus (1)	outras	34.961	36.332	-	-	2.656	2.798
Companhia Central Usina Barcelos (1)	outras	3.229	8.731	-	=	404	960
Othon Administração S.A (1)	controladora	-	-	2.704	2.638	-	-
Companhia Açucareira Usina Cupim (1)	outras	-	-	1.812	1.819	-	-
HBBH – Novos Hotéis Ltda (2)	controlada	-	-	47.118	43.706	(4.414)	(1.634)
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A (2)	controlada	82.977	76.174	-	-	6.168	5.874
Companhia Agropastoril Vale do Rio Una (1)	coligada	43.091	40.021	-	-	3.231	3.122
Plantravel (2)	controlada	1.568	742	-	-	137	38
Outros	outras	24.351	13.921		=	1.745	(321)
		300.277	277.815	52.530	48.993	17.962	18.681
Provisão para perdas		(91.597)	(116.715)			1.185	3.552
		208.679	161.100	52.530	48.993	19.146	22.234

- (1) Demonstrações Financeiras não auditadas
- (2) Demonstrações Financeiras auditadas

Consolidado

		Ati	vo	Pass	sivo	Resu	ıltado
Partes Relacionadas	Categorias	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/09/2021
Othon L. Bezerra de Mello Com e Importação (1)	controladora	77.340	71.652	-	-	5.637	5.522
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A (1)	coligada	33.108	30.568	943	874	2.424	2.348
Companhia Açucareira Usina Carapebus (1)	outras	34.961	36.332	-	-	2.656	2.798
Companhia Central Usina Barcelos (1)	outras	4.549	9.955	17.889	16.588	(801)	(224)
Othon Administração S.A (1)	control a dora	10.453	9.694	2.704	2.638	760	746
Companhia Açucareira Usina Cupim (1)	outras	2.556	2.515	3.587	3.464	(91)	(144)
Companhia Agropastoril Vale do Rio Una (1)	coligada	93.486	86.749	57	53	6.892	6.717
Outros	outras	24.430	13.932			1.738	(321)
		280.883	261.397	25.179	23.617	19.215	17.442
Provisão para perdas		(143.259)	(164.618)			(2.574)	(138)
		137.624	96.779	25.179	23.617	16.641	17.304

(1) Demonstrações Financeiras não auditadas

Termos e condições das transações com partes relacionadas

As principais transações mantidas entre a Companhia e as empresas ligadas são empréstimos (mútuos) que até setembro de 2018 incidiam juros de 2% a.a. e variação do IPCA para atualização dos mesmos, e a partir de outubro de 2018 suas taxas foram revisadas pela Administração e os novos contratos passaram incidir juros de 5% a.a. e variação do IPCA e com um prazo menor de vencimento, observados as condições comutativas de mercado.

Já a partir de 2020, a diretoria da Companhia, por conta do atual cenário da economia, 5% + IPCA ser muito acima do mercado, os novos contratos passaram a incidir juros com base na CDI – (menos) 20%.

As perdas julgadas prováveis pela Administração da Companhia, referentes aos ativos de difícil realização, foram provisionadas.

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações com o pessoal chave da Administração

Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010, o pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores que se encontram em Hotéis Othon S/A – Em Recuperação Judicial. Sua remuneração está demonstrada a seguir:

Remuneração dos administradores	30/09/2022	30/09/2021
Remuneração dos conselheiros e estatutários	214	202
Encargos sociais de diretores e conselheiros	2	2
Benefícios de curto prazo a participação de resultados	3	2
	219	206

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo e tão pouco remuneração baseada em ações. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

8. Investimentos

Controladora

	Participação em 30/06/2022	Patrimônio líquido		Patrimônio líquido Lucro (prejuízo) do período Res		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo contábil dos investimentos		Saldo da provisão para perda sobre passivo a descoberto	
	%	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A.(2)	77,72	-	(111.643)	(10.143)	(9.764)	(7.884)	(7.589)			-	86.769
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A (1)	20,27	(9.600)	(8.427)	(1.173)	(834)						
Cia.Agropastoril Vale do Rio Una (1)	6,36	(1.006)	(310)	(696)	(52)	(44)	(3)			64	20
HBBH Novos Hotéis Ltda. (2)	99,68	120.411	119.212	1.183	(108)	1.179	(108)	120.119	116.066		
Plantravel – Planej., Viagens e Turismo (2)	98,00	(950)	(460)	(490)	(281)	(480)	(275)			931	450
						(7.228)	(7.975)	120.119	116.066	995	87.239
Provisão para perdas em investimentos											
						(7.228)	(7.975)	120.119	116.066	995	87.239

- (1) Demonstrações Financeiras não auditadas
- (2) Demonstrações Financeiras auditadas

Consolidado

	Participação em 30/06/2022	Patrimôr	Patrimônio líquido Lucro (prejuízo) do período		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo contábil dos investimentos		Saldo da provisão para perda sobre passivo a descoberto		
	%	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Cia.Agropastoril Vale do Rio Una (1) Outros	14,54	(1.006)	(310)	(696)	(52)	(123)	(790)				
Provisão para perdas em investimentos						(123)	(790)		-		
Provisão para perdas em Investimentos						(123)	(790)				

- (1) Demonstrações Financeiras não auditadas
- (2) Demonstrações Financeiras auditadas

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Cia. Agropastoril Vale do Rio Una

A CAPVRU é uma Cia que tem como objeto social é a exploração agrícola e pastoril através da cria e recria de rebanhos bovinos, podendo estender as suas atividades a outros setores afins e correlatos aos seus objetivos e ainda, participar, na qualidade de acionista ou associada na exploração de quaisquer estabelecimentos industriais ou comerciais. A situação cadastral desta empresa encontra-se como "ativo", porém sem operação que gere receitas (inoperante). O Grupo Othon possui 20,90% de participação subdivididos na seguinte forma: 6,36% diretos e 14,54% indiretos. Esse investimento é contabilizado pelo método de Equivalência Patrimonial.

b) Outros Investimentos

São pequenas aplicações em bolsa realizadas por Othon Empreendimentos, onde os mesmos são avaliados ao custo de aquisição.

9. Imobilizado

		CONTROLADORA			
Taxa Média de Depreciação	Custo Atualizado e Atribuido	Depreciações Acumuladas	Valor Liquido	Valor Liquido	
	318.589	(108.814)	209.775	213.479	
2,83 a 4,00 (*)	11.529	(10.322)	1.207	1.282	
7,14	27.736	(23.024)	4.712	4.234	
6,67	21.628	(19.446)	2.182	2.415	
6,67	-	-	-	-	
10	3.789	(3.631)	158	164	
9,09	5.148	<u>-</u>	5.148	3.038	
	388.419	(165.237)	223.182	224.612	
	388.419	(165.237)	223	1.182	
	2,83 a 4,00 (*) 7,14 6,67 6,67 10	Depreciação Atribuido 318.589 318.589 2,83 a 4,00 (*) 11.529 7,14 27.736 6,67 21.628 6,67 - 10 3.789 9,09 5.148	Taxa Média de Depreciação Custo Atualizado e Atribuido Depreciações Acumuladas 2,83 a 4,00 (*) 111.529 (103.22) 7,14 27.736 (23.024) 6,67 21.628 (19.446) 6,67 - - 10 3.789 (3.631) 9,09 5.148 - 388.419 (165.237)	Taxa Média de Depreciação Custo Atualizado e Atribuido Depreciações Acumuladas Valor Liquido 2,83 a 4,00 (*) 318.589 (108.814) 209.775 2,83 a 4,00 (*) 11.529 (10.322) 1.207 7,14 27.736 (23.024) 4.712 6,67 21.628 (19.446) 2.182 6,67 - - - 10 3.789 (3.631) 158 9,09 5.148 - 5.148 388.419 (165.237) 223.182	

		30/09/2022			
Itens	Taxa Média de Depreciação	Custo Atualizado e Atribuido	Depreciações Acumuladas	Valor Liquido	Valor Liquido
Terrenos, edificações e construções (*)		410.312	(130.433)	279.879	284.755
Instalações	2,83 a 4,00 (*)	11.529	(10.322)	1.207	1.282
Móveis e utensílios	7,14	27.778	(23.066)	4.712	4.234
Máquinas e equipamentos	6,67	21.628	(19.446)	2.182	2.415
Veículos	6,67	103	(103)	-	-
Computadores, periféricos e softwares	10	3.820	(3.662)	158	164
Imobilizações em curso e outras (*)	9,09	5.148		5.148	3.038
Total		480.318	(187.032)	293.286	295.888

^(*) saldos de terrenos e imobilizações em curso da Controladora, no montante de R\$ 214.923 e do Consolidado de R\$ 285.027 não são depreciados.

No imobilizado da companhia existem bens dados em garantia de ações judiciais cuja probabilidade de perda é determinada em avaliação individual do risco de cada processo pelos Escritórios advocatícios externos que os patrocinam. Cabe ressaltar, que em face do deferimento da recuperação judicial, todas as ações e execuções, a exceção das de natureza fiscal, em face da Companhia e suas controladas em recuperação judicial ficam suspensas.

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Em moeda nacional					
Conta garantida	Juros de 18,58% a.a.	974	1.215	974	1.215
		974	1.215	974	1.215
Passivo circulante		974	1.215	974	1.215
Passivo não circulante		0	0	0	0
		974	1.215	974	1.215

A Companhia possui contas garantidas, junto a Instituições Financeiras, onde são dados os direitos creditórios de sua titularidade.

11. Obrigações Tributárias Parceladas – Não Circulante

Os vencimentos dos parcelamentos em 30 de junho de 2022 são demonstrados como segue:

				Após	Não
Impostos	2023	2024	2025	2025	Circulante
ICMS	24	16	-	-	40
IPTU	-	-	-	-	-
PARC. EXTRAORDINARIO PGFN	66	264	264	507	1.101
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	22	6	-	-	28
AFORAMENTO/LAUDÊMIO	8	33	33	114	188
OUTROS	1_				1
	120	320	297	620	1.358

12. Parcelamentos de Obrigações Tributárias e Previdenciárias pelo Programa Refis

		Circulante		Não Circulante		
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021		
REFIS – Lei 11.941/2009 REFIS – Lei 12.996/2014		6.118 	0	20.227 		
	0	6.156	0	20.734		

Com a edição da Lei Federal nº 11.941 de 27/05/2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Na ocasião, foram incluídos novos débitos e migrado para o novo REFIS (da Lei Federal 11.941/2009) o saldo remanescente do antigo PAES.

Em 18 de junho de 2014, com a publicação da Lei federal 12.996/2014, foi reaberto o prazo de adesão ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB que permitiu a inclusão de débitos fiscais não parcelados anteriormente com vencimento até 31 de dezembro de 2013. Em 21 de agosto de 2013, foi formalizado pela Companhia o requerimento de adesão e a indicação dos débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB que pretende incluir no parcelamento de acordo com o calendário divulgado pela Receita Federal.

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos tributos parcelados – REFIS IV, no ano de 2021 e 2022 foi como segue:

Demonstrativo das variações no REFIS IV com a migração do saldo remanescente do REFIS I.

	Lei 11.941/2009	Lei 12.996/2014	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2021	25.778	538	26.316
Inclusão de novos débitos não parcelados anteriormente	-	-	-
Exclusão de débitos não parcelados na consolidação	-	-	-
Pagamentos (1)	-	-	-
Juros	567	7	574
Saldo em 31 de dezembro de 2021	26.345	545	26.890
Saldo em 1º de janeiro de 2022	26.345	545	26.890
Pagamentos (1)	-		-
Exclusão de débitos não parcelados na consolidação	-	-	-
Juros	282	9	291
Perda do parcelamento	(26.627)	(554)_	(27.181)
Saldo em 30 de setembro de 2022	(0)	-	0
Passivo circulante	-		-
Passivo não circulante	-		-
Saldo em 30 de setembro de 2022			

Por conta da pandemia da COVID-19 e redução considerável na receita no ano de 2020 e 2021, a Companhia parou de efetuar o pagamento do parcelamento cujas parcelas somam cerca de R\$ 500 mil mensais, ficando então em risco de ser excluída do mesmo. Então, por conta desta situação, em 05/06/2020 a companhia entrou com mandado de segurança solicitando não ser excluída do parcelamento por conta do atraso de mais de 3 parcelas e também solicitou que o mesmo só voltasse a ter vencimentos após o fim do estado de calamidade pública. Porém, após julgamento do processo de Nº 5033864-71.2020.4.02.5101 houve a exclusão da Companhia do REFIS IV e com isso ficando conforme demonstração acimas apenas com o parcelamento da Lei 12.996.

13. Parcelamentos de Obrigações Tributárias e Previdenciárias pelo Programa PERSE

Em maio de 2022, com base na Lei 14.148 de 3 de maio de 2021, a companhia incluiu todos os seus débitos do âmbito PGFN no PERSE (Programa Emergencial Retomada Setor Eventos), incluindo as estavam parceladas no REFIS IV que foi perdido.

		Circulante		Não Circulante
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
PERSE – Lei 14.148/2021	11.282	<u>-</u> _	186.528	
	11.282		186.528	

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos tributos parcelados – PERSE, no ano de 2021 e 2022 foi como segue:

Demonstrativo das variações no PERSE				
	Lei 14.148/2021			
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-			
Pagamentos	-			
Juros				
Saldo em 31 de dezembro de 2021				
Saldo em 1º de abril de 2022	190.218			
Pagamentos	(3.675)			
Juros	11.267			
Saldo em 30 de setembro de 2022	197.810			
Passivo circulante	11.282			
Passivo não circulante	186.528			
Saldo em 30 de setembro de 2022	197.810			

14. Contribuição Social e Imposto de Renda

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados no período findo em 30 de setembro de 2022 está apresentada a seguir:

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/09/2022			30/09/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social operações continuadas	145.037	145.437	(12.787)	(12.787)	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social operações desco	(3.394)	(3.394)	(4.482)	(4.482)	
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	48.159	48.295	(5.871)	(5.871)	
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva					
Equivalência patrimonial	2.421	-	1.715	-	
Despesas não dedutíveis	51.732	53.599	2.009	2.824	
Compensação de prejuízo fiscal	-	-	-	-	
Crédito tributário diferido não contabilizado	(978)	863	(51)	1.135	
Reversões de provisões administrativas	(104.846)	(104.846)	-	-	
Realização da reserva de reavalição	1.760	_ 1.760	1.106	1.106	
Participação de Acionista Não Controladores		(1.337)		(508)	
Beneficio adquirido pela migração para REFIS IV Lei 11.941		-		-	
Utilização do Prej. Fiscal acumulado como forma de quitação reabertura RE	FIS IV	-		-	
Outras	(8)	305	184	406	
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(1.760)	(1.359)	(908)	(908)	
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período - operaçõe	-	-	-	-	
Correntes	-	(400)	-	-	
Diferidos	1.760	1.760	908	908	
Alíquota efetiva	-1,21%	-0,93%	7,10%	7,10%	

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas a revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante o período de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitos a essas condições, conforme legislação aplicável.

15. Operação descontinuada

Conforme comunicado na nota de eventos subsequentes do 3º trimestre de 2018, a Companhia decidiu por encerrar suas atividades nas unidades Bahia Othon Palace e Belo Horizonte Othon Palace a partir de 18 de novembro de 2018. Pois apesar de tradicionais e muito conhecidos nas regiões em que atuavam, devido ao cenário de redução econômica dos últimos anos, as duas unidades vinham apresentando queda nas taxas de ocupação, e com isto deixaram de apresentar resultados satisfatórios para a Empresa.

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado do período das 2 unidades é apresentado a seguir de forma separada:

	ВАНІА	BELO HORIZONTE	TOTAL	BAHIA	BELO HORIZONTE	TOTAL
	30/09/2022	30/09/2022	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2021	30/09/2021
Resultado líquido de operações descontinuadas						
Receitas	0	0	0	-	56	56
despesas	(3.205)	(188)	(3.394)	(4.755)	(1.972)	(6.727)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.205)	(188)	(3.394)	(4.755)	(1.916)	(6.671)
Imposto de renda e contribuição social						
Resultado líquido do imposto de renda e da contribuição social	(3.205)	(188)	(3.394)	(4.755)	(1.916)	(6.671)
Ganho ou perda em operações descontinuadas			-			-
Imposto de renda sobre operações descontinuadas			-			=
Resultado líquido de operações descontinuadas	(3.205)	(188)	(3.394)	(4.755)	(1.916)	(6.671)

16. Provisão para Contingências

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista, cível e tributária. A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais, tomou as providências cabíveis em cada situação e entende que são suficientes para salvaguardar o patrimônio líquido da Companhia, não existindo indicações da necessidade de reconhecimento de quaisquer contingências adicionais em relação às contabilizadas.

	Controladora					Consolidado			
	30/09/	/2022 31/12/2		31/12/2021 30/09		30/09/	2022	31/12/2021	
	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais	Con	tingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	14.465	5.807	15.849	4.730		14.465	5.807	15.850	4.730
Cíveis	12.000	5.910	12.000	5.007		35.236	19.538	35.230	18.635
Fiscais	306	90	307	86		306	90	307	86
	26.771	11.808	28.156	9.823		50.007	25.436	51.387	23.451

A Companhia figura como ré, em 30 de setembro de 2022, em 238 reclamações trabalhistas. Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com vínculo empregatício, verbas rescisórias, FGTS, danos morais, integração da taxa de serviço ao salário, responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais noturnos, de insalubridade e periculosidade, horas extras, plano de saúde, indenizações decorrentes de suposta doença ocupacional ou acidente do trabalho. A Administração de Hotéis Othon, com base na opinião de seus assessores legais, entende que a provisão de R\$ 14.465 é suficiente para resguardar o seu patrimônio líquido.

Especificamente no que diz respeito às contingências de natureza cível, o saldo de provisão abrange diversas ações, dentre elas há uma ordinária de ressarcimento de direitos autorais, propostas pelo ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição ainda em curso contra Hotéis Othon S/A, iniciada na década de noventa, através da qual pretende o ressarcimento de valores à título de direitos autorais, em razão de suposta retransmissão radiofônica de obras musicais nos aposentos dos estabelecimentos, além de obter proibição de transmissão de obras musicais nas dependências do Hotel. Essa ação foi proposta contra o Bahia Othon Palace.

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nossa tese de defesa se baseia na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (súmula n. 63), no sentido de que a cobrança de direitos autorais somente é cabível em casos de retransmissão radiofônica em locais públicos dos estabelecimentos comerciais, não se aplicando, portanto, aos cômodos dos hóspedes. Na Bahia a sentença de primeira instância julgou procedente o pedido do ECAD, condenando Hotéis Othon ao ressarcimento de danos patrimoniais, referentes a parcelas vencidas a partir de novembro/1994; bem como nas parcelas a vencer, calculadas pelo valor da mensalidade vezes a quantidade total de apartamentos existente no Hotel; e na proibição de utilização de sonorização ambiente de seus apartamentos. Apresentamos recurso de apelação e recurso especial em que não logramos êxito, reiterando a nossa tese de não cabimento da cobrança ou, ainda, da necessidade de liquidação dos valores pelo cálculo de utilização média. O processo retornou à Comarca de Salvador para início da fase de cumprimento de sentença. O valor envolvido nessa ação gira em torno de R\$1.300.

No que tange as causas, cuja opinião dos assessores legais seja possível de perda, possuímos R\$ 9.155 de contingências de natureza cível e trabalhista e R\$ 11.679 de causas tributárias, esta última cabe ressaltar que é referente a valores constantes do passivo fiscal no Balanço Patrimonial da Companhia (Saldo de Obrigações Tributárias e encargos sociais).

17. Capital Social

Em 12 de agosto de 2015, atendendo ao ofício nº 147/2015 - DRE BM&FBovespa, a companhia procedeu o grupamento das ações ordinárias e preferenciais, ambas na proporção de 10 (dez) para 1 (uma) para manutenção da cotação em valor superior ou igual a R\$ 1,00 por unidade. Dessa forma, o capital autorizado da Companhia é de R\$ 39.000 e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 31.984 e compõem-se de 10.477.917 ações ordinárias e 7.894.494 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

18. Seguros

A Companhia possuía, em 30 de setembro 2022, apólices de seguros com os seguintes capitais segurados, os quais entende serem adequados para cobertura dos seus ativos:

Modalidade	Importância segurada
Danos materiais	195.000
Roubo	71
Acidentes pessoais	921
Lucros cessantes	50.000
Responsabilidade Civil	10.000
Outros	4.658

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado Financeiro

		Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	
Receitas financeiras					
Juros sobre mútuos	22.835	20.770	29.941	22.632	
Juros recebidos por atraso	19	22	19	22	
Rendimentos de aplicação financeira	4	1	4	1	
Descontos obtidos	78	30	78	30	
Outras receitas	2.133	423	2.162	483	
	25.068	21.246	32.203	23.168	
	25.068		32.203		
	0		0		
Despesas financeiras					
Juros sobre empréstimos e financiamentos	4.988	2.156	10.704	5.220	
Juros sobre passivos fiscais	32.434	15.009	33.690	15.441	
Juros sobre faturas fornecedores e serviços públicos	120	98	120	112	
Tributos sobre receita financeira	1.110	973	1.540	1.273	
Descontos concedidos	76	65	76	65	
Outras despesas	1.408	478	1.501	558	
	40.135	18.779	47.629	22.669	

A linha de Juros sobre Passivos Fiscais contém a atualização dos parcelamentos de impostos, bem como os juros dos impostos correntes em atraso.

20. Receita Líquida

	Consolidado_	Consolidado 30/09/2021	
	30/09/2022		
Receita bruta			
Receita com diárias	62.375	21.508	
Receita de alimentos e bebidas (A&B)	7.800	4.508	
Taxa de administração de hotéis	-	-	
Outras receitas	1.607	952	
Deduções da receita bruta	-	-	
Cancelamentos e devoluções	-	-	
Descontos concedidos	-	-	
Impostos	(3.793)	(1.896)	
Receita líquida	67.989	25.072	

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Créditos Fiscais

A Companhia possui em 30 de setembro de 2022, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 225.251 e R\$ 224.744, respectivamente. Face a incerteza de sua recuperação, a Administração não registrou contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os referidos créditos.

22. Gestão de Riscos

As ações de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia pode estar exposta, de modo a definir limites e controles apropriados para o monitoramento desses riscos e aderência aos limites. Os principais riscos financeiros aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na condução de suas atividades são:

Risco de mercado - É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido as mudanças nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Risco de taxa de juros – Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia possui baixo índice de endividamento bancário e seus empréstimos são atrelados a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI.

Risco de crédito – É o risco de uma das partes contratantes de instrumento financeiro causar prejuízo financeiro à outra parte pelo não cumprimento da sua obrigação perante esta outra.

A Companhia adota procedimentos para gerir o risco de crédito e minimizar o risco de default que passam pela seletividade e análise criteriosa da situação financeira e econômica, assim como do histórico de crédito dos seus clientes e ainda pelo acompanhamento semanal da pontualidade de pagamentos que lhe são devidos. A exposição ao risco de crédito é, desta forma, monitorada com grande rigor, resultando historicamente num prazo médio de faturamento inferior a 20 dias e numa taxa de inadimplência em torno de 1,5%.

Risco Cambial – Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio em contratos firmados em outras moedas.

Notas explicativas às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de Liquidez - É o risco de que a Companhia enfrente dificuldades para cumprir obrigações relacionadas a passivos financeiros que são liquidados pela entrega de caixa ou outro ativo financeiro.

Com o deferimento do processamento da recuperação judicial, todas as ações e execuções em face da Companhia e suas controladas em recuperação judicial, à exceção das de natureza fiscal, estão suspensas, e todas as obrigações assumidas e não pagas antes da data do pedido englobam o passivo concursal, cujo pagamento será feito na forma e condições constantes do Plano que vier a ser aprovado pela Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial. As obrigações assumidas após o pedido de recuperação judicial não estão sujeitas a este procedimento e, portanto, deverão ser quitadas nos vencimentos acordados.

23. Eventos subsequentes

Conforme explicado na Nota 1, o plano de recuperação judicial foi homologado em 09 de julho de 2020.

Ainda conforme Nota1, a empresa segue com os todos os procedimentos e, paralelamente em fase de adesão ao parcelamento de seus débitos correntes junto a RFB, em parcelamento especial para empresas em Recuperação Judicial (Lei 10.522/2002).

Em virtude da pandemia da COVID-19 a Companhia, assim como todo o setor hoteleiro Nacional e Mundial, tem tido melhora nos últimos meses da sua ocupação, porém ainda passa por situação anormal em sua operação. Desta forma, continuamos com nossa receita mensal nos próximos meses afetada e seguimos trabalhando com quadro de funcionários reduzido.

Em agosto deste ano, a companhia recebeu um adiantamento referente a uma oferta para compra do último galpão referente a Lavanderia Santo Aleixo. Este, aguarda autorização do Administrador da Recuperação Judicial para ser colocado à venda, e até o fechamento destas notas, ainda não havia sido autorizado. Caso o administrador não autorize a venda, a mesma não poderá acontecer e será necessário devolver a quantia integralmente ao interessado, deste modo, sem efeitos ainda nestas demonstrações.
